

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NOS PROCESSOS ESCOLARES DA REDE BÁSICA DE EDUCAÇÃO

R. R. HOLANDA¹, T. L. DE LAVOR FILHO², I. T. CHAVES³, I. R. DE C. MELO⁴, A. A. RIBEIRO⁵

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico¹, Universidade Federal do Ceará^{2,3,4},
Centro Universitário Christus⁵

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>²
tadeulucaslf@gmail.com²

Submetido 14/06/2020 - Aceito 14/05/2021

DOI: 10.15628/holos.2021.11767

RESUMO

O presente artigo objetivou discutir o emblema do Ensino Remoto Emergencial, compreendendo os desafios e as potencialidades de sua inclusão nos processos escolares da rede básica do ensino brasileiro durante a pandemia de Covid-19, a partir de materialidades jornalísticas e documentais, nos períodos de março a outubro de 2020. Metodologicamente, adotamos uma pesquisa qualitativa exploratória. O método constituinte é de análise documental sob o prisma de análise categorial. Foi construída uma base de dados dividida em dois eixos: a)

Documentos oriundos de instituições normativas b) Matérias jornalísticas de informação pública disponíveis online. O tratamento dos conteúdos foi realizado pelo software *Atlas Ti* versão 8.4.2. Os resultados evidenciaram diferentes contribuições e operações funcionais da Educação a Distância e Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia. Percebeu-se que os impactos da implementação do Ensino Remoto Emergencial no país, em diferentes contextos escolares, revelam contradições, vulnerabilidades de acesso e de educação tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Rede Básica de Educação. Educação a Distância. Ensino Remoto Emergencial. Covid-19.

EDUCATION IN TIMES OF COVID-19: THE EMERGENCE OF DISTANCE EDUCATION IN SCHOOL PROCESSES OF THE BASIC EDUCATION

ABSTRACT

This article aimed to discuss the emblem of remote emergency education, understanding the challenges and potentialities of its inclusion in the school processes of the Brazilian basic education network during the Covid-19 pandemic, from journalistic and documentary material, from march to october 2020. Methodologically, we adopted exploratory qualitative research. The constituent method is documentary analysis from the perspective of categorial analysis. A database was built divided in two axes: a) Documents

from normative institutions and b) Journalistic materials of public information available on the internet. The treatment of contents was analyzed by Atlas Ti software version 8.4.2. The results show the different contributions and functional operations of Distance Education and Emergency Remote Learning during the pandemic. It is perceived in the country that the impacts of implementing Emergency Remote Education in different school contexts reveal contradictions and vulnerabilities of access and technological education.

KEYWORDS: Brazil. Basic Education Network. Distance Education. Emergency Remote Education. Covid-19.



1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância tem assumido diferentes formas e está sendo reinventada em diversos contextos. Dessa forma, emergem diferenças conceituais e estruturais importantes à análise das suas potencialidades e dificuldades. Entre elas, está a compreensão da modalidade Emergencial do Ensino Remoto no Brasil, estruturada mediante o estado de calamidade pública no país (Barbiéri, Calgaro & Resende, 2020) em razão da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir o emblema do Ensino Remoto Emergencial, compreendendo os desafios e as potencialidades de sua inclusão nos processos escolares da rede básica de ensino brasileira a partir de materialidades jornalísticas e documentais publicadas entre março e outubro de 2020. Desse modo, problematizamos a reconfiguração dos processos escolares mediante a virtualização da educação brasileira durante o contexto pandêmico, observando como esse desafio tem se apresentado no âmbito dos processos escolares; sobretudo, na educação da rede básica de ensino, com a emergência de um Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia da Covid-19 (Unesco, 2020; Camacho *et al.*, 2020; França Filho, Antunes & Couto, 2020; Martins & Almeida, 2020; Leal, 2020).

Segundo o Conselho Nacional da Educação (CNE), o cenário abrupto ocasionado pela pandemia demandou a migração do ensino presencial para as plataformas online. Os primeiros estados brasileiros a articularem essa possibilidade foram: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Desde que foi decretado o isolamento social no país, o Ministério da Educação (MEC) tem publicado documentos normativos para otimizar e regular o Ensino Remoto no Brasil, suspendendo as atividades presenciais e aplicando um plano emergencial que visa reduzir os impactos trazidos pela pandemia ao âmbito educacional. (Oliveira & Souza, 2020; França Filho, Antunes & Campos, 2020).

No ambiente virtual são inúmeras as possibilidades quanto aos métodos de interação e ensino. No entanto, por mais que o Ensino Remoto Emergencial pareça a melhor solução durante o contexto pandêmico e possa contribuir para redução dos seus impactos, outros problemas também se tornam evidentes e são maximizados, como as questões de desigualdade social em torno do acesso aos recursos virtuais e os percalços da educação pública brasileira no tocante à Educação a Distância (Martins, 2020; Camacho, 2020; Dias & Pinto, 2020). Dados apresentados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI/BR) em 2018 mostram que pelo menos 58% dos domicílios no país não têm computadores e 33% não possuem internet (Oliveira, 2020).

É evidente que o território brasileiro é marcado estruturalmente por desigualdades sociais que impactam diretamente nas condições de acesso e educação para manuseio e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para fins educacionais. Pode-se afirmar então que o acesso às ferramentas tecnológicas no país é também desigual, o que revela a demanda de articulação estratégica de reconhecimento de contextos que apresentam situações de vulnerabilidade (Educação, 2020). Diante desse cenário, desenvolvemos uma pesquisa de análise documental com materialidades a partir das produções normativas/legislativas de orientação



pedagógica e instrumental e dos recortes de matérias jornalísticas atuais sobre as tecnologias de ensino a distância em tempo de pandemia no Brasil.

As relações sociais e pedagógicas contemporâneas têm passado por transformações significativas impulsionadas pela apropriação das tecnologias digitais, reconfigurando ecossistemas e ambientes educacionais. Desse modo, a tecnologia amplia oportunidades de inovação, integração, inclusão e personalização de recursos pedagógicos, mas esta realidade exige uma mudança de paradigma. Uma mudança de difícil implementação e que, com a pandemia do novo Coronavírus, está acontecendo muito rapidamente (Moreira & Schlemmer, 2020). Assim, torna-se ainda mais urgente discutir os impactos do Ensino Remoto Emergencial para a rede básica de ensino no Brasil, visto que as experiências de uma Educação a Distância bem planejada diferem das aulas on-line oferecidas em resposta a uma crise ou a um desastre.

Sob essa perspectiva, evidenciamos as potencialidades que o uso e a implementação do Ensino Remoto Emergencial têm a oferecer nos processos supracitados, uma vez que a sua aplicação se faz necessária diante do período de distanciamento social. Além disso, esse novo cenário tem possibilitado o desenvolvimento de novas metodologias de ensino nas práticas pedagógicas do cotidiano escolar. O Ensino Remoto, antes tomado apenas como uma das muitas modalidades de ensino, agora é visto como uma possibilidade a ser explorada.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, adotamos uma pesquisa qualitativa exploratória. O método constituinte é de análise documental sob o prisma de análise categorial (Bardin, 2001). Para isso, construímos uma base de dados dividida em dois eixos: a) Documentos oriundos de instituições normativas; b) Matérias jornalísticas de informação pública disponíveis na internet. O período temporal de recorte das materialidades compreende entre março e outubro de 2020. A coleta de dados resultou na inclusão de conteúdos dos seguintes sítios virtuais: Portal MEC, Portal G1, Diário Oficial da União, Unesco, Desafios da Educação, Jornal Jurid, Jornal Estado de Minas, Justificando, UFRJ, USP, Inovações em Educação, Brasil de fato, Sindicato do Ensino Privado, Escola politécnica (USP), Educa Mais Brasil, A Tribuna, Isto é DINHEIRO, LIVRE, O Povo, Época Negócios, Diário do Nordeste, Porvir e Governo do Brasil. Já os documentos normativos/regulamentadores foram extraídos das seguintes fontes: Todos pela Educação, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC-CE).

Durante essa pesquisa foram coletados para o *corpus* final de análises: 10 documentos normativos e 37 matérias jornalísticas, ou seja, ao todo foram analisadas 47 materialidades documentais que descrevem a trajetória das diretrizes para reestruturação dos processos escolares durante a pandemia. Com esse contingente, baseando-se em critérios de elegibilidade, foram excluídas 11 matérias jornalísticas, visto que estas figuram fora do escopo previsto. Os critérios de exclusão adotados foram: 1) Apresentar o tema da Educação a Distância (EaD)/Ensino Remoto Emergencial, mas sem aprofundamento de discussão; 2) Apresentar conteúdo sobre a possibilidade de um retorno consciente das aulas presenciais; 3) Recortes da temática no âmbito



do Ensino Superior. Foi incluído apenas o material que versa sobre o Educação a Distância e/ou Ensino Remoto Emergencial no âmbito escolar da Educação Básica.

O objetivo desse recorte foi mapear em primeira instância as orientações e as regulamentações que integram o Ensino Remoto Emergencial, adotado durante a pandemia por instituições públicas e organizações privadas como continuação dos processos escolares. Em segundo lugar, buscou-se analisar matérias e pesquisas públicas que enunciam as contribuições e impactos deste novo formato de ensino a partir de perspectivas empíricas. Para a coleta de dados foi utilizado o mecanismo de busca da plataforma Google para recuperar documentos e matérias jornalísticas. Um balizador inicial para a escolha das materialidades jornalísticas e de normativas técnicas foi a origem de sua divulgação, tendo como elegibilidade sites/plataformas de veículos de comunicação de massa.

O tratamento dessas informações foi realizado mediante coleta e extração integral do seu conteúdo. Os dados foram analisados com auxílio do software *Atlas.Ti versão 8.4.2*, que se trata de um programa para análises categoriais, destinado a produzir codificações textuais nas quais é possível agrupar o material de análise em categorias de sentido (Walter & Bach, 2015).

Por meio da análise categorial de Bardin (2001), foram realizadas, no primeiro momento, leituras flutuantes e mais livres para possibilitar criar as categorias de homogeneidade e representatividade dos temas. O objetivo foi estratificar categorias de sentido e categorização dos conteúdos de cada matéria jornalística e normativa técnica. Nesta pesquisa foram aplicadas fases de codificação seletiva do conteúdo coletado com o Atlas.Ti, sistematizadas a partir de seis categorias/Codes: 1) Conceituações da Educação a Distância; 2) Conceituações sobre o Ensino Remoto; 3) Dificuldades da Educação a Distância/Ensino Remoto; 4) Orientações técnicas para a Educação a Distância/Ensino Remoto; 5) Potencialidades da Educação a Distância/Ensino Remoto; e 6) Relatos de experiência das pessoas entrevistadas.



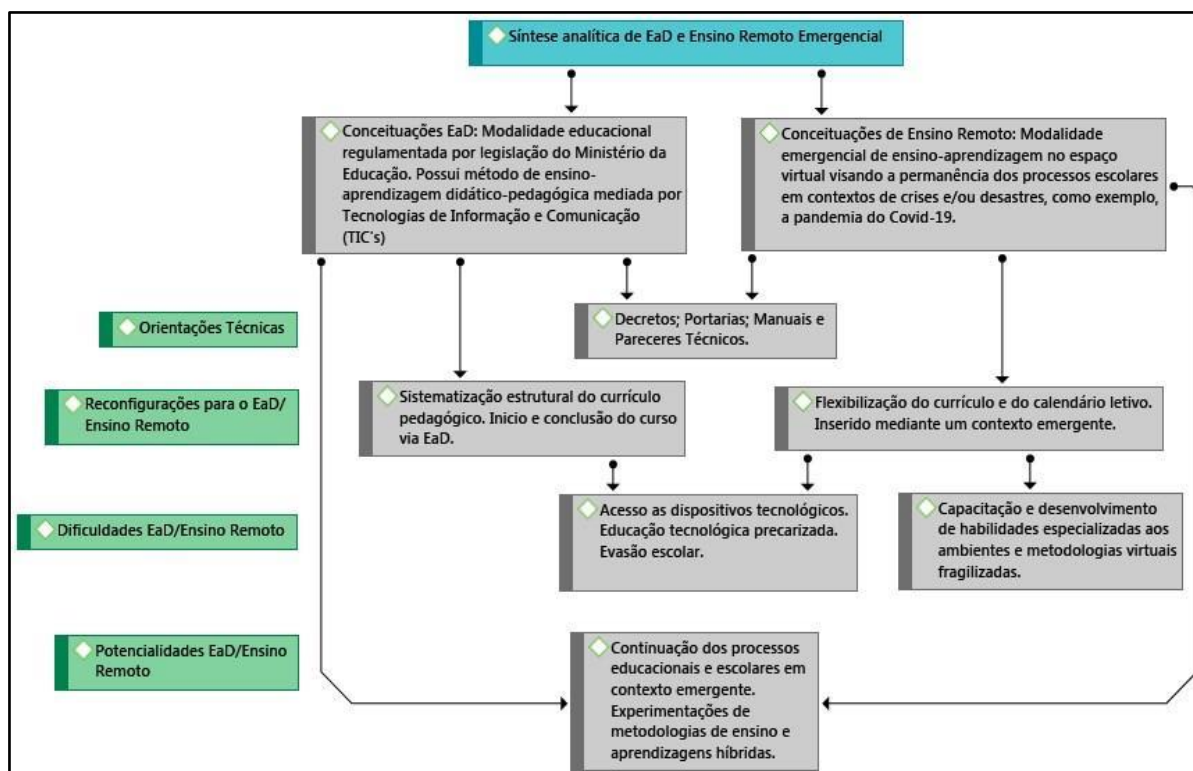


Figura 1. Síntese das materialidades analisadas no estudo (Fonte: elaborado pelos autores, 2020)

Assim, conforme exemplificado na Figura 1, a discussão pautada em nossas análises é resultado do cruzamento analítico de temáticas emergentes nas categorias citadas e estruturadas do seguinte modo: a) As similitudes e dessemelhanças da Educação a Distância e do Ensino Remoto Emergencial; b) Os impactos da implementação do Ensino Remoto Emergencial e da Educação a Distância na permanência dos processos escolares; e c) Emblemas das Desigualdades Sociais no acesso ao Ensino Remoto e à Educação a Distância no Brasil. Com isso, por meio dessa articulação, apresentamos a problemática do Ensino Remoto Emergencial nos relatos jornalísticos e documentais, indicando limites e possibilidades para a continuidade dos processos escolares no contexto pandêmico, partindo dos percursos normativos e dos relatos apresentados nessas materialidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. As similitudes e dessemelhanças da Educação a Distância e do Ensino Remoto Emergencial

O que está acontecendo é um planejamento pedagógico *in real time* (em tempo real). Nunca as escolas tiveram que experimentar tanto, e gestores e professores tomarem decisões tão rápidas. Nunca o TI foi tão estratégico para o negócio educação como está sendo agora. Por quê? **Pelo simples fato de o currículo da maioria das escolas não foi criado, e nunca foi sequer pensado, para**

ser aplicado remotamente. A maioria dos professores e funcionários nunca foi treinada para o ensino on-line ou através de ferramentas virtuais. (Tomazinho, 2020 - grifo nosso)¹

O trecho selecionado a partir de um dos materiais jornalísticos revela uma das principais dessemelhanças entre o Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância: a ausência de planejamento pedagógico prévio adequadamente elaborado para a Educação Básica. Entretanto, a pandemia da Covid-19 produziu reverberações sem precedentes na educação global. Segundo a UNESCO (2020), pelo menos 1,5 bilhões de estudantes, o que representa mais de 90% do contingente mundial, foram afetados pela suspensão das aulas e/ou reconfigurações no âmbito educativo. De modo alternativo, em relação ao ensino presencial, estratégias de ensino remoto têm sido analisadas e aplicadas em diversos países, inclusive no Brasil.

No Ensino Superior, a Educação a Distância não é novidade e tem sido amplamente utilizada, marcada por processos de construção curricular na perspectiva educacional a partir do planejamento e autorização do funcionamento de cursos superiores *Lato Sensu* e passando por diferenciações e diversificações institucionais. No território brasileiro, há registro da implementação da Educação a Distância a partir de 1904, por meio das Escolas Internacionais e seus cursos por correspondência (Leite & Córdoba, 2020).

As Instituições de Ensino Superior (IES) passam a atuar como locais de pesquisa e desenvolvimento de estratégias e metodologias de ensino-aprendizagem. Em seu bojo emergem iniciativas como a Universidade Virtual Pública (2000) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituídas a fim de desenvolver a modalidade Educação a Distância e ampliar a oferta de cursos e programas de educação superior no país (Leite & Córdoba, 2020). Na Educação Básica, ainda que a modalidade Educação a Distância tenha sido amplamente discutida como possibilidade, o modo como tem se configurado o ensino básico no contexto pandêmico não garante a efetividade e qualidade dos modelos pedagógicos impactando a construção coletiva de ensino e aprendizagem para discentes e docentes.

Embora usualmente os termos Educação a Distância e Ensino Remoto Emergencial apareçam na literatura como sinônimos (Arruda, 2020), nossas análises apontam para sua distinção, considerando o Ensino Remoto Emergencial como uma denominação oportuna à configuração educacional aplicada durante a pandemia. O Ensino Remoto Emergencial é caracterizado pela mudança temporária do ensino presencial para o ensino remoto em contexto emergente (Arruda, 2020; Appenzeller, 2020). Por sua vez, a Educação a Distância teve uma evolução considerável com o passar do tempo, migrando do formato analógico para o virtual, apropriando-se cada vez mais das Tecnologias de Informação e Comunicação para sua manutenção. Nesse sentido o ensino a distância passou por uma sofisticação, com a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), nos quais ocorre a mediação didático-pedagógica, trocas informacionais e tutoriais entre alunos e professores (Paese, 2012).

¹ Tomazinho, P. (2020). **Ensino Remoto Emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar.** Disponível em <<https://cutt.ly/obgUNNi>> Acesso em 29 de abril de 2021.



Em 2005, a Educação a Distância foi regulamentada no país pelo Decreto nº 5.622 (Brasil, 2005) e atualizada em 2017 pelo Decreto nº 9057 (Brasil, 2017), que estabelece regulamentação para as diretrizes e bases da educação nacional, no âmbito básico e superior. O decreto estabelece Educação a Distância como

[...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem **ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros**, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (Brasil, 2017, grifo nosso).

Assim, pode-se dizer que as experiências Educação a Distância de aprendizado online, com o devido planejamento e aplicação, pensadas para o meio virtual, são significativamente diferentes do ensino oferecido remotamente em resposta a uma crise ou a um desastre (Hodges, et. al. 2020).

3.2. Os impactos da implementação do Ensino Remoto Emergencial e Educação a Distância na permanência dos processos escolares

Estados e municípios brasileiros têm sido impactados substancialmente pela implementação do Ensino Remoto Emergencial no contexto pandêmico da Covid-19. No dia 17 de março de 2020, o Ministério da Educação publicou a primeira normativa que versa sobre a readequação do ensino ao período de isolamento social por meio da Portaria nº 343, que estabelece a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus, em instituições de nível superior no âmbito federal. Em seguida, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou que redes de ensino em todos os níveis e modalidades necessitariam reorganizar suas atividades de modo preventivo à transmissão do Coronavírus, ocasionando que Conselhos e Secretarias Estaduais e Municipais em todo o Brasil emitissem resoluções e orientações técnicas para reestruturar o ano letivo com o menor prejuízo possível, a partir de atividades não presenciais (Conselho Nacional de Educação, 2020).

Nesse contexto, em agosto, entrou em vigor a Lei 14.040/20, publicada no Diário Oficial da União, na qual fica dispensada a execução da quantidade mínima de 200 dias letivos em escolas e universidades em 2020, mas mantendo a obrigatoriedade do cumprimento da carga horária mínima estabelecida de 800 horas. No mesmo texto, foram vetadas iniciativas que obrigavam a União a direcionar recursos para o acesso de professores e alunos da educação básica pública às atividades pedagógicas não presenciais (Brasil, 2020).

Ao mesmo tempo, fim de reestruturar carga horária de ensino em um período letivo menor e reduzir os prejuízos ocasionados pelo isolamento social, o atendimento escolar tem se reconfigurado em situação de excepcionalidade utilizando das TICs como alternativa de conexão e diálogo entre professores e estudantes (Arruda, 2020). Em sequência, o CNE aprovou parecer que autorizou os sistemas de ensino a computar atividades ocorridas de forma não presenciais para o cumprimento de carga horária de acordo com deliberação própria de cada sistema



(Conselho Nacional de Educação, 2020), além de listar uma série de atividades que podem ser realizadas de forma não presencial.

Assim sendo, as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos (Conselho Nacional de Educação, 2020, p.6).

Desse modo, pode-se dizer que, “as sucessivas mudanças que marcam o mundo, na atualidade, têm servido para reafirmar a necessidade de se produzir novas formas de ensinar e de aprender, por meio das Tecnologias Digitais, de se reinventar a sala de aula” (Silva Oliveira, Silva & de Oliveira Silva, 2020, p.28).

Diante da centralidade assumida pela tecnologia, em um cenário no qual atividades como ensino passaram a demandar muito mais do meio online, o monitoramento da sua adoção durante a pandemia torna-se ainda mais relevante. Segundo a Pesquisa TIC nos Domicílios 2019 (CETIC, 2019), 20 milhões (28%) de domicílios brasileiros não possuem internet. A internet chega em apenas 50% nas Classes D e E, evidenciando a grande diferença por classe social quando comparadas com as classes A e B, que pontuam 99%. Assim, as circunstâncias atuais não parecem oportunas para o sucesso das tentativas da modalidade remota, evidenciando as desigualdades sociais existentes no território nacional.

3.3. Emblemas das Desigualdades Sociais no acesso ao Ensino Remoto e à Educação à Distância no Brasil

Compreendendo as dificuldades relacionadas à implementação do ensino remoto, é preciso salientar que um dos aspectos que evidenciam um panorama de desigualdades no contexto de Educação a Distância é a necessidade de políticas públicas específicas que proporcionem uma efetiva inclusão digital (Arruda, 2020). Ou seja, políticas de acesso à internet que oportunizem o uso pedagógico de tecnologias digitais, de modo atento às vulnerabilidades sociais emergentes no contexto educacional brasileiro, as quais são vivenciadas por uma parcela significativa de alunos também no contexto do ensino remoto emergencial. A ausência de equipamentos de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação para acompanhar as aulas e questões relacionadas à qualidade da conexão da internet tornam-se alguns dos entraves vivenciados pelos estudantes da educação básica no panorama de educação remota emergencial (Barbosa; Cunha, 2020).

Em 2018, segundo dados do Comitê Gestor da internet no Brasil, 58% dos domicílios não possuíam computador e 33% não possuíam acesso à internet (Oliveira, 2020). Tal pesquisa resalta a problemática enfrentada pelos alunos da rede básica em relação ao acesso às TICs, o que faz com que não haja, para alguns estudantes, condições básicas para a educação mediada pelas tecnologias. Somando-se a isso, existe outro fator a se destacar: a falta de habilidades para o



manejo de ferramentas tecnológicas voltadas para a educação por parte dos alunos. Conforme apontado por uma pesquisa desenvolvida pela empresa Pravalor, 80% dos jovens tiveram o primeiro contato com a tecnologia voltada ao ensino somente durante a pandemia, por meio do ensino remoto emergencial adotado por inúmeras escolas no Brasil (O livre, 2020).

Santos, Zucoloto e Gomes (2010) explicam que para a construção do conhecimento e desenvolvimento da aprendizagem são necessárias a participação, a interação e a compreensão por parte do discente, além da mediação pedagógica orientada pelo docente. Nesse novo formato de ensino, tais fatores transformaram-se em obstáculos por problemas oriundos da enorme desigualdade social estruturada no país, sobretudo no âmbito do uso e acesso às TICs.

Palermo, Silva e Novellino (2014) destacam três níveis acerca dos rendimentos escolares relacionados ao aluno, à turma e à escola, prevendo algumas variáveis como: a) escolaridade dos pais, estrutura e arranjo familiar; b) capital cultural; e c) características sociodemográficas. Essas características podem servir como indicadores na perspectiva do rendimento escolar e nesse cenário pandêmico tornam-se fundamentais para compreender as dificuldades multissetoriais enfrentadas pelos alunos. Desse modo, as questões relacionadas às desigualdades sociais perpassam mais que a discussão sobre o acesso à tecnologia na educação básica. Outros indicativos de desigualdades possuem relevância para o rendimento escolar dos discentes, como questões relativas ao saneamento básico, local e estrutura para realização de atividades de estudo, localização geográfica e nível socioeconômico, dentre outras variáveis.

As dificuldades da aplicação do ensino remoto emergencial também perpassam a preparação docente para a realização de aulas em um novo formato, com pouco tempo para planejamento e adaptação de planos de ensino e atividades, bem como, em alguns casos, a falta de conhecimento para o uso das tecnologias em função das atividades pedagógicas na escola (Cordoba & Leite, 2020; Sampaio, 2020). Em pesquisa realizada pelo Instituto Península foi apontado que 83% dos professores se sentem despreparados para dar aulas online. Tal desafio se agrava ainda mais quando em relação à educação infantil (Silva, 2020).

A adaptação de conteúdos deve ser pensada identificando-se as potencialidades das atividades possíveis para serem oferecidas nos ambientes virtuais de aprendizagem. Moreira, Henriques e Barros (2020) destacam a importância de se criar um espaço organizado e estruturado, dando destaque às atividades assíncronas, como fóruns, durante esse período de ensino. Os autores destacam ainda que as atividades propostas devem promover o estudante um papel ativo e estimular a aprendizagem autônoma.

O ensino remoto é uma realidade que nos permite recriar e reinventar processos pedagógicos e ressignificar a escola como um local que se apropria das tecnologias da informação nas suas práxis de ensino. Nesse sentido, Tomazinho (2020) pontua que não iremos construir um novo ecossistema para o ensino e que esse período é temporário, contudo, torna-se indispensável a criação de estratégias de ensino-aprendizagem de modo rápido, simples e confiável.



Ainda não se sabe sobre a eficiência da aprendizagem advinda deste ensino remoto emergencial, embora muito já se fale na possibilidade futura de um ensino híbrido. Lúcia Dellagnelo, diretora-presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), e a consultora, pesquisadora e professora da CESAR School Walquíria Castelo Branco, defendem a ideia do ensino híbrido. Enquanto a primeira aponta que a política educacional precisa contemplar o ensino híbrido como modalidade oferecida em todas as escolas, alertando que a escola pode precisar fechar novamente devido a eventos climáticos ou outros motivos, a segunda argumenta que é preciso saber o que motiva o aluno intrinsecamente para que ele se mantenha conectado com o processo de aprendizagem (Nogueira, 2020).

As experiências vivenciadas durante a pandemia por professores e alunos serviram para que observássemos nas necessárias mudanças culturais e digitais da educação básica, pois como argumenta Silva Oliveira et al (2020, p.32): “haverá maior sentido se professores e alunos, além do acesso, saibam navegar e explorar as diversas potencialidades que as Tecnologias Digitais propiciam, promovendo práticas pedagógicas inovadoras e aprendizados híbridos”. Como problematizamos ao longo da seção, as demandas da continuidade dos processos escolares dentro do Ensino Remoto Emergencial atravessam não somente o acesso às tecnologias e uso destas, mas também a instrumentalização e as condições de desenvolvimento de habilidades didáticas e de aprendizagem nos diversos contextos sociais, além dos processos de trabalho dos docentes e gestores educacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, apresentamos os emblemas da Educação a Distância e do Ensino Remoto narradas e baseadas nos materiais que retratam diversas esferas da rede básica brasileira. Percebemos que as instituições regulamentadoras posicionaram estrategicamente o Ensino Remoto Emergencial como sistema organizacional das escolas na continuação dos processos escolares, visto que essa implementação abrupta se tornou protocolo de retomada das aulas. Embora a ênfase do estudo tenha se debruçado na Educação Básica, encontramos reflexões que posicionaram o Ensino Superior de modo mais estruturado em relação à modalidade Educação a Distância, uma vez que essa metodologia pedagógica já é integrada em cursos superiores de instituições públicas e privadas. Entretanto, por não termos analisado com consistência materialidades sobre o Ensino Superior, fomentamos que estudos futuros possam apresentar a centralidade das análises no ambiente universitário.

Salientamos o fato de que a Educação a Distância muito tem a contribuir para a nossa rede básica de ensino, desde que integrada a este com o devido planejamento, seja possibilitando novas metodologias de ensino-aprendizagem, seja ampliando as possibilidades de uma educação integrada ao uso de tecnologias digitais no processo educativo. Embora não possamos chamar as experiências que relatamos e que temos vivenciado neste período pandêmico de Educação a Distância, mas de Ensino Remoto Emergencial, não podemos negar sua importância neste momento em que as aulas presenciais estão impossibilitadas de acontecer. Além disso, foram essas



experiências que fizeram emergir as discussões a respeito da necessidade de readequação do atual sistema de ensino, evidenciando os modos pelos quais as desigualdades sociais impactam o acesso às tecnologias educacionais.

Nesse sentido, quanto às diferenças de acesso à tecnologia, diversas realidades de contextos territoriais periféricos e de pobreza demandam maior urgência, demonstrando-se emblemáticos na reestruturação das condições de inclusão e de integralidade do acesso aos estudantes em condições de vulnerabilidade social. Outrossim, também ocorrem processos formativos insuficientes na capacitação docente, em aspectos de habilidade didática e instrumentalização dos processos operacionais e educativos em ambientes virtuais de aprendizagem.

A fim de cumprir as diretrizes normativas que permitiram adaptações e ajustes nos processos regulamentadores dos processos de ensino no país, houve uma descentralização das esferas do Estado e Município com o objetivo de criar condições e logísticas efetivas para seus fluxogramas do sistema educacional durante a pandemia. Assim, o Ensino Remoto Emergencial no contexto pandêmico intenta aproximar a comunidade escolar, potencializando, ainda que minimamente, processos de comunicação interdisciplinares entre educação e saúde, como na produção de informação sobre prevenção e cuidados contra a Covid-19. A continuidade do processo educativo a partir das materialidades investigadas evidenciam que mesmo sob condições e operacionalidades de dificuldades e entraves em uma educação tecnológica precária na população, sobretudo na rede pública, os espaços de Ensino Remoto Emergencial permitiram manter uma relação de vínculo institucional entre família e escola.

A quinta competência geral da Educação Básica apresentada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diz respeito à importância da compreensão, utilização e criação de Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (Ministério da Educação, 2018), ou seja, o uso de tecnologias faz parte dos processos educativos. Entretanto, isso não se encontra integralmente com a práxis, tomando como cenário o contexto pandêmico, responsável por evidenciar a ineficiência do acesso à tecnologia, do letramento digital e do fortalecimento de uma cultura digital no meio escolar que integre professores e alunos em um espaço de aprendizagem adequado. Os dados apresentados neste trabalho não desqualificam o ensino remoto e sim chamam atenção para a necessidade da sua integração responsável e planejada ao ensino regular, com atenção especializada a sua aplicabilidade em diferentes contextos.

5 REFERÊNCIAS

- Appenzeller, S., Menezes, F. H., Santos, G. G. D., Padilha, R. F., Graça, H. S., & Bragança, J. F. (2020). Novos Tempos, Novos Desafios: Estratégias para Equidade de Acesso ao Ensino Remoto Emergencial. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 44.
- Arruda, E. P. (2020). Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede-Revista de Educação a Distância*, 7(1), 257-275.



- Barbosa, O. L., & da Cunha, P. G. M. (2020). Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação. *Revista Pet Economia UFES*, 1(1), 33-36.
- Barbiéri, L. F., Calgaro, F. & Resende, S. (2020, outubro). *Coronavírus: Senado aprova, 'Diário Oficial' publica, e decreto de calamidade entra em vigor. G1*. Recuperado de: <<https://glo.bo/2WqQSlg>>. Acesso em 22 out. 2020.
- Bardin, L. (2001). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Brasil (2005). *Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005*. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de <<https://bit.ly/37rZG7l>>. Acesso em 27 out. 2020.
- Brasil (2017). *Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017*. Regulamenta o art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de <<https://bit.ly/3gUgC9z>>. Acesso em 27 out. 2020.
- Brasil (2020). *Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020*. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. (2020c) Recuperado de <<https://bit.ly/38898M6>> Acesso em 28 out. 2020.
- Camacho, A. C. L. F., Joaquim, F. L., de Menezes, H. F., & Sant'Anna, R. M. (2020). A tutoria na educação à distância em tempos de COVID-19: orientações relevantes. *Research, Society and Development*, 9(5), e30953151-e30953151.
- Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) (2020, Novembro). *TIC nos domicílios 2019: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros*. Recuperado de <<https://cgi.br/>> Acesso em 29 out. 2020.
- Conselho Nacional de Educação (2020). *Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da Covid-19*. Documento normativo. Recuperado de: <<https://bit.ly/2WnGQYr>> Acesso em 27 out. 2020.
- Conselho Nacional de Educação (2020). *Parecer CNE/CP n. 5, de 28 de abril de 2020*. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Recuperado de <<https://bit.ly/3ntDAH2>> Acesso em 29 out. 2020.
- Dias, É., & Pinto, F. C. F. (2020). A Educação e a Covid-19. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 28(108), 545-554.
- França Filho, A. L., da França Antunes, C., & Couto, M. A. C. (2020). Alguns apontamentos para uma crítica da EaD na Educação Brasileira em tempos de Pandemia. *Revista Tamoios*, 16(1).



- Hodges, C., Moore, S., Lockee, B., Trust, T., & Bond, A. (2020). The difference between emergency remote teaching and online learning. *Educause Review*, 27. 27 mar. 2020. Recuperado de: <<https://bit.ly/37sbF4D>> 2020. Acesso em: 26 out 2020.
- Martins, R. X. (2020). A covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. *Em Rede-Revista de Educação a Distância*, 7(1), 242-256.
- Martins, V., & Almeida, J. (2020). educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes-fazeres escolares em exposição nas redes. *Revista Docência e Ciberultura*, 4(2), 215-224.
- Ministério da Educação (2018). *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília. Recuperado de: <<https://bit.ly/3r5N2Tb>>. Acesso em 22 out. 2020.
- Ministério da Educação (2020). *Portaria n. 343, de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Recuperado de <<https://bit.ly/3gYsEys>>. Acesso em 27 out. 2020.
- Moreira, J. A. Henriques, S., & Barros, D. M. V. (2020). Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, 351-364.
- Moreira, J. A., & Schlemmer, E. (2020). Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. *Revista UFG*, 20.
- Nogueira, F. E. (2020) Ensino remoto: o que aprendemos e o que pode mudar nas práticas e políticas públicas. *Porvir inovações em educação*. Recuperado de: <<https://bit.ly/2K589EF>> Acesso em 27 de out. de 2020.
- Oliveira, H. D. V., & de Souza, F. S. (2020). Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 2(5), 15-24.
- Oliveira, C. (2020, junho). Com aulas remotas, pandemia escancara desigualdade no acesso à educação de qualidade. *Brasil de Fato*. Recuperado de: <<https://bit.ly/3nsWE8j>>. Acesso em: 26 de out. de 2020.
- O Livre. (2020, setembro). Pesquisa mostra que ensino remoto é novidade para maioria dos jovens. *O LIVRE*, Mato Grosso. Recuperado de: <<https://bit.ly/3oX8KXF>> Acesso em 26. Out. de 2020.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco. (2020). *Unesco e COVID-19: notas informativas de educação*. Brasília-DF: UNESCO. Recuperado de: <<https://bit.ly/2Wliuid>>. Acesso em: 13 de ago. de 2020.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco. (2020). *Impacto da Covid-19 na Educação. Pesquisa Impacto da Covid-19 na Educação*. UNESCO. Disponível em: <<https://bit.ly/3aiWXyP>>. Acesso em 05 de nov. de 2020.



- Paese, C. R. (2012). Educação a Distância (ead) e o uso das tecnologias de informação e comunicação (tics), baseada em ambientes virtuais de aprendizagem (ava): algumas reflexões sobre a importância da tutoria on-line. *Itinerarius Reflectionis*, v. 8, n. 1.
- Palermo, G. À., Silva, D. B. D. N., & Novellino, M. S. À. (2014). Fatores associados ao desempenho escolar: uma análise da proficiência em matemática dos alunos do 5o ano do ensino fundamental a rede municipal do Rio de Janeiro. *Revista bras. Est. Pop.*, v. 31, n. 2, p.367-394.
- Silva Oliveira, S., Silva, O. S. F., & de Oliveira Silva, M. J. (2020). Educar na incerteza e na urgência: implicações do ensino remoto ao fazer docente e a reinvenção da sala de aula. *Interfaces Científicas-Educação*, 10(1), 25-40.
- Sampaio, R. M. (2020). Práticas de ensino e letramentos em tempos de pandemia da COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1-16, 2020.
- Santos, D. M., Zucoloto, J. D. F. & Gomes, C. M. (2010). A aprendizagem e construção do conhecimento na Educação à Distância. *Educere - Revista de Educação da UNIPAR*, v. 10, n. 2, p.141-157.
- Silva, G. (2020, junho). Covid-19: importância da Educação a Distância durante a pandemia. *Educa Mais Brasil*. Disponível em: <<https://bit.ly/3nGiDc9>>. Acesso em: 24 de out. de 2020.
- Todos pela Educação (2020, abril). *Nota técnica*: Ensino a distância na educação básica frente à pandemia do COVID-19. Recuperado de: <<https://bit.ly/3gUlcEN>>. Acesso em: 08 de ago. de 2020.
- Tomazinho, P. (2020, abril). Ensino Remoto Emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar. *SINEPE-RS*, Porto Alegre. Recuperado de: <<https://bit.ly/2Wmemyb>>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- Walter, S. A. & Bach, T. M. (2015). Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: inovando o processo de análise de conteúdo por meio do ATLAS. TI. *Administração: ensino e pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 275-308.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Holanda, R. R., Lavor Filho, T. L. de, Chaves, I. T., Melo, I. R. de C., Ribeiro, A. A. (2021). Educação em tempos de covid-19: a emergência do EAD nos processos escolares da rede básica de educação. *Holos – III Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia*. 37(3), 1-15.

SOBRE OS AUTORES

R. R. HOLANDA

Doutoranda (Bolsista FUNCAP- CE) e Mestre em Psicologia (Bolsista FUNCAP- CE) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Pós-Graduada Lato Sensu em Docência do Ensino Superior e Tutoria de Educação à Distância (IPEMIG). Psicóloga, graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará- Campus Sobral (Bolsa PIBIC/CNPq - 2016-2017). Pesquisadora do Grupo de



Pesquisa Nexos: Teoria Crítica e Pesquisa Interdisciplinar - Nordeste. Colaboradora do Laboratório de Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). E-mail: rochellyholanda@hotmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9901-9451>

T. L. DE LAVOR FILHO

Tadeu Lucas de Lavor Filho (LAVOR FILHO) – Doutorando e Mestre em Psicologia. Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza- CE, Brasil. Especialista em Docência do Ensino Superior e Tutoria de Educação à Distância (IPEMIG). Pós-graduando Lato Sensu em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela UNILAB. Colaborador do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). Extensionista no Projeto É da Nossa Escola que falamos (UFC). Bolsista FUNCAP. Membro do Corpo Editorial da Revista África e Africanidades. E-mail: tadeulucaslf@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>

I. T. CHAVES

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN com Estágio Doutoral na Universidade de Lisboa (Portugal); Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional-PPGEP, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN (Brasil); Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Ciência e Tecnologia/CNPq. E-mail: rfbrasil@ifrn.edu.br
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-XXXX-XXXX-XXXX>

I. R. DE C. MELO

Graduando em Pedagogia. Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: italoric66@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3952-6582>

A. A. RIBEIRO

Graduanda em Biomedicina. Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS, Brasil. E-mail: amandaalves1510@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8915-9357>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas *Ad Hoc*: ILANE CAVALCANTE E ELIZAMA LEMOS

